



COMUNICADO GERAL - 1º EDIPEX

LISTA DOS RESUMOS SELECIONADOS PARA ENVIO DE ARTIGOS

Após a análise dos resumos regularmente enviados, a Comissão Avaliadora, regularmente constituída para tal fim, decidiu, valendo-se do sistema de dupla avaliação às cegas, conforme edital, e com base nos requisitos formais e de conteúdo por este estabelecidos, nos termos do artigo 5.1.1 do Edital nº 02/2018, selecionar os trabalhos para envio de artigos e que concorrerão à premiação, cujos títulos seguem abaixo:

1. A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O IMPACTO SOCIAL DE MARGINALIZAÇÃO: A PUNIÇÃO COMO PRINCIPAL MEIO DE POLÍTICA PÚBLICA ADOTADA NO BRASIL E SEUS EFEITOS
2. A POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL: OS ENTRAVES NO ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL SOBRE LICENCIAMENTO EM GOIÁS
3. A REGÊNCIA ATUAL DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO RURAL DO AGRONEGÓCIO PELO ESTATUTO DA TERRA
4. “ACCOUNTABILITY” E A CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA DO PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE (“RESPONSIVENESS”) NO BRASIL
5. DIAGNÓSTICO DA VOCAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE ABADIÂNIA: UM CASO PECULIAR
6. “FORMAÇÃO DA NORMA E SUA INTERSECCIONALIDADE COM ÁERAS QUE ESTUDAM O SER HUMANO E O MEIO EM QUE VIVEM”: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO DIREITO
7. JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: TRATAMENTOS QUE TRANSCENDEM À OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DOS PLANOS DE SAÚDE
8. NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA (NEPESP/UEG) E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ANÁLISE CIENTÍFICA DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SOCIAL EM TERRITÓRIO GOIANO PARA IMPLANTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA (UEG/SSP)
9. O CARÁTER VINCULANTE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA ARBITRAL EM ESTATUTOS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS
10. O DIREITO DE PREFERÊNCIA NO ARRENDAMENTO RURAL E A TEORIA GERAL DO DIREITO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO

11. QUAIS RELAÇÕES DE PODER ESTÃO ENVOLVIDAS COM O ENCARCERAMENTO DE MULHERES POR TRÁFICO DE DROGAS NO PRESÍDIO FEMININO CONSUELO NASSER?
12. QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPONÊS NO BRASIL: PECULIARIDADES E TRATAMENTO LEGISLATIVO
13. VOZES, ECOS E SILÊNCIOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

Os trabalhos selecionados acima elencados e identificados pelo título poderão enviar artigos para o e-mail edipex1@gmail.com até o dia 03 de agosto de 2018 (art. 5.1.3 do Edital). Aqueles que enviarem os artigos apresentarão no dia 15 de agosto de 2018 (na parte da tarde, em horário e local a serem divulgados) para a Comissão Avaliadora, composta para tal fim, e já divulgada.

Os demais, sejam aqueles que não enviarem os artigos no prazo e os demais trabalhos elencados abaixo, e regularmente inscritos no 1º EDIPEX, poderão apresentar os resumos oralmente nos dias e locais que serão divulgados dentro do prazo constante do edital.

Segue a lista abaixo dos demais trabalhos inscritos, a serem apresentados no dia 14 de agosto de 2018 (na parte da tarde, em horário e local a serem divulgados). Todos os expositores terão direito a certificado, desde que compareçam no dia, horário e local a serem divulgados, e apresentem o trabalho no tempo constante do edital (entre 5 e 10 minutos).

Por fim, vale lembrar que não cabe recurso da decisão da Comissão Avaliadora (art. 12.3 do Edital).

LISTA DOS RESUMOS INSCRITOS PARA APRESENTAÇÃO ORAL

1. A DEFESA DO DIREITO TERRITORIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA, EM CAVALCANTE-GO, FRENTE A EXPLORAÇÃO DAS RIQUEZAS MINERÁRIAS.
2. A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS
3. A JUDICIALIZAÇÃO DAS DEMANDAS POR MEDICAMENTOS À LUZ DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
4. A NECESSIDADE DE UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS ATUAIS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS NO QUE VERSA SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ME E EPP
5. CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE HART-DWORKIN

6. DIREITO DE PENSÃO DAS CONCUBINAS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
7. DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA COMO CRITÉRIO DE RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO: UMA PERGUNTA PELA EXISTÊNCIA DO “PARECERISTA HÉRCULES”
8. EXTERNALIDADES NEGATIVAS CAUSADAS AO MEIO AMBIENTE PELA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL SOB A ÓPTICA DO DIREITO
9. FORO ESPECIAL POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NO BRASIL: PRIVILÉGIO?
10. FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE: O QUE SÃO E COMO DIALOGAM COM A PRÁXIS URBANA
11. GESTÃO DE CONTAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CRISE: ESTUDO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE-GO
12. IMPLICAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO PENAL E NA EXECUÇÃO PENAL
13. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JULGAMENTO DO HC 124.306/RJ
14. REALIDADE DO ACAMPAMENTO ONIR ORBACK - PROJETO VIVÊNCIA - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL VILA BOA
15. REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA, O DIREITO E A CRISE DA MORALIDADE NO BRASIL
16. SUS NO BRASIL: 30 ANOS DE UM SISTEMA DEMOCRÁTICO OU BUROCRÁTICO?
17. TESTAMENTO VITAL E A INTERFACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Goiânia, 31 de julho de 2018.

A Comissão Organizadora